



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real, para assegurar aos trabalhadores, anualmente, a reposição da inflação sobre os salários.



SF/21255.56065-50

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 10.** Os salários e as demais condições referentes ao trabalho continuam a ser fixados e revistos, na respectiva data-base anual, por intermédio da livre negociação coletiva.

Parágrafo único. Fica garantida, na respectiva data-base anual, a reposição integral da inflação sobre os salários, com base no índice oficial de inflação do país.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Estamos vivendo um período não apenas de crise decorrente da pandemia, mas de recrudescimento da inflação. O IPCA, o índice de inflação oficial do país, já passa de 8% no último ano até maio de 2021. O IGP-M, mais ainda, ultrapassa o acúmulo de 32% de inflação no país.

Com efeito, os alimentos, grupo de despesas mais importante para as famílias, avançaram quase 14% nos últimos 12 meses. Só a gasolina subiu mais de 11% apenas em março, além dos custos elevados com o gás e a energia elétrica.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Nesse contexto, o salário dos trabalhadores vem sofrendo corrosão de seu poder de compra, pois os reajustes salariais não têm recomposto, ao menos, as perdas inflacionárias.

Como aponta o Dieese, mais de 70% dos acordos fechados de negociação coletiva de reajustes salariais no primeiro trimestre de 2021 não conseguiram nem, ao menos, repor as perdas com a inflação acumulada.

Sem reposição da inflação, o salário encolhe, uma vez que sua capacidade de compra de bens e serviços é comprometida.

Ora, o reajuste salarial é obrigatório por lei, justamente, para que o trabalhador não perca seu poder de aquisição. Trata-se de um direito trabalhista de proteção do salário, que deve ser revisado em base anual.

De fato, o salário-mínimo segue, sistematicamente, a recomposição anual, conforme a aprovação de lei específica, a cada ano, pelo próprio Congresso Nacional, com alcance em todo o território nacional. No entanto, para os salários maiores, a lei não determina parâmetro mínimo a ser observado na recomposição dos salários, em prejuízo aos trabalhadores.

Estamos apresentando o presente projeto de lei no intuito de superar esse quadro, protegendo o salário do trabalhador brasileiro.

Peço, portanto, o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para aprovar este Projeto de Lei, de elevado alcance social e econômico.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

PT/RS



SF/21255.56065-50